

Novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Jornalistas: “golpe fatal na imprensa local e regional” considera a ANIR

written by O Cidadão | 9 de Novembro, 2023



O Contrato apresenta uma preocupante e inesperada surpresa: **deixaram de existir as três tabelas, passando a ser indiferente o Volume de Negócios da empresa.**

Assim, **a imprensa de pequena dimensão** está obrigada a pagar o mesmo salário aos seus jornalistas que um grande grupo de dimensão nacional.

As tabelas salariais que diferenciavam os projetos jornalísticos **locais e regionais** estavam plasmadas nos Contratos Coletivos de Trabalho (CCT) **desde a implantação da democracia**. Sempre foi aceite que um jornal local ou regional não tinha a mesma **capacidade financeira** para suportar os salários dos seus jornalistas.

Sempre foi uma decisão **sensata** e adequada à realidade.

A **ANIR** defende a **profissionalização das redações da Imprensa Local e Regional**, muito implantada no interior do país,

acreditando que este é o caminho para a necessária **qualidade dos conteúdos**, e assim para a sua existência e solidificação como projetos viáveis e **independentes de poderes políticos ou económicos**, como definido na Lei de Imprensa.

Esse objetivo fica **seriamente comprometido**, prejudicando e em muitos casos **eliminando** a muito respeitada e admirada **comunicação social de proximidade**, tão necessária às comunidades onde se insere, verificando-se já o preocupante deserto de notícias em **dezenas de concelhos**. Estes valiosos Meios vão ser obrigados a reduzir o número de jornalistas e não vão conseguir seguir o necessário caminho da profissionalização, e em muitos casos terão que encerrar a publicação.

Esta inexplicável alteração vai afetar a **sobrevivência**, o **crescimento** e a **profissionalização** dos projetos jornalísticos de **pequena dimensão**, empobrecendo a democracia e a cidadania das comunidades que servem, as mais das vezes estoicamente e unicamente por sentido de missão para com o direito de informar e de ser informado, nomeadamente sendo a voz dos que não tem voz, promovendo o escrutínio do poder local, a difusão da Cultura e o desenvolvimento da Literacia Mediática, e promovendo o necessário debate que mobilize os cidadãos para as escolhas a que são chamados em democracia.

De modo igualmente preocupante, vai assistir-se a uma **destruição de empregos**, as oportunidades de emprego para jornalistas **vão diminuir**, o volume de emprego vai **diminuir**, prejudicando-se assim também a **classe dos jornalistas**, já de si prejudicada com a redução de oportunidades de emprego nas redações dos Media de dimensão nacional.

Os proprietários de Órgãos de Comunicação Social Locais e Regionais gostariam de pagar salários iguais aos órgãos de dimensão nacional. Isso seria o **desejável** para todos os envolvidos. A realidade é contudo outra. **Negar esta realidade** significa, inegavelmente, colocar em sério risco de existência

os Média Locais e Regionais.

Estes Meios não podem pagar a **um redator principal ou chefe de redação 2.051,00**, um custo anual de 29.201 €, incluindo a contribuição para a Segurança Social; não podem pagar a **um jornalista com 20 anos de profissão 1.328,00**, um custo anual de 33.007 €, incluindo a contribuição para a Segurança Social. Simplesmente, não podem.

Pelas razões expostas, **repor os três escalões na tabela salarial** é o apelo da **Imprensa Local e Regional** aos dois subscritores do novo CCT. Em nome da viabilidade da existência, independência, crescimento e desejável profissionalização dos Meios Locais e Regionais. Também permitindo, desta feita, **manter o emprego dos jornalistas que nestes trabalham e dos que ambicionam vir a trabalhar.**